

A segurança privada não controlada

Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2022



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Beatriz Teixeira (estagiária)

Iara Sennes (estagiária)

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisadora Associada

Sofia Reinach

Consultoras

Marina Bohnenberger

Talita Nascimento

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Aiala Colares Couto
Alan Fernandes
Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cleber Lopes
Daniel Cardoso
David Marques
Dennis Pacheco
Doriam Borges
Felipe Athayde Lins de Melo
Iara Sennes
Ignácio Cano
Isabel Figueiredo
Isabela Sobral
Ivan Marques
Jean Peres
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Martins
Luciana Temer
Luciana Zaffalon
Luís Geraldo Santana Lanfredi
Marina Bohnenberger
Natália Albuquerque Dino

Paulo Januzzi
Renata Gil de Alcantara Videira
Renato Sérgio de Lima
Riccardo Cappi
Roberta Astolfi
Samira Bueno
Sofia Reinach
Susana Durão
Talita Nascimento
Thaís Carvalho
Ursula Peres
Vanessa de Jesus

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Gabriel Tonelli
Fernando Corrêa

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
Instituto República
Instituto Betty e Jacob Lafer

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2022 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
Instituto República
Instituto Betty e Jacob Lafer
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores

A segurança privada não controlada

“Mais da metade da força de trabalho da segurança privada atua à margem da regulação e do controle da Polícia Federal. A chamada clandestinidade é um traço estrutural do setor de segurança privada brasileiro”

Cleber Lopes

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina e coordenador do LEGS - Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança.

Desde 2020 o Anuário Brasileiro de Segurança Pública vem publicando dados e análises sobre o segmento da segurança privada controlado pela Polícia Federal. Apesar da importância deste segmento, ele corresponde apenas a uma parte do setor de segurança privada existente na sociedade brasileira. Há no Brasil um contingente amplo de provedores de segurança privada que atuam à margem das disposições previstas na Lei Federal 7.012/83, que disciplina as atividades de segurança privada no país.

Este texto busca mensurar e caracterizar a força de trabalho que atua na segurança privada. Quantas são as pessoas que atuam como seguranças no Brasil? Quantos desses seguranças atuam à margem da regulação estatal e do controle da Polícia Federal? Quais as características desse segmento não controlado? Quais os desafios para se controlar esse segmento? Para responder a essas questões, além dos dados sobre segurança privada fornecidos pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), serão explorados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹.

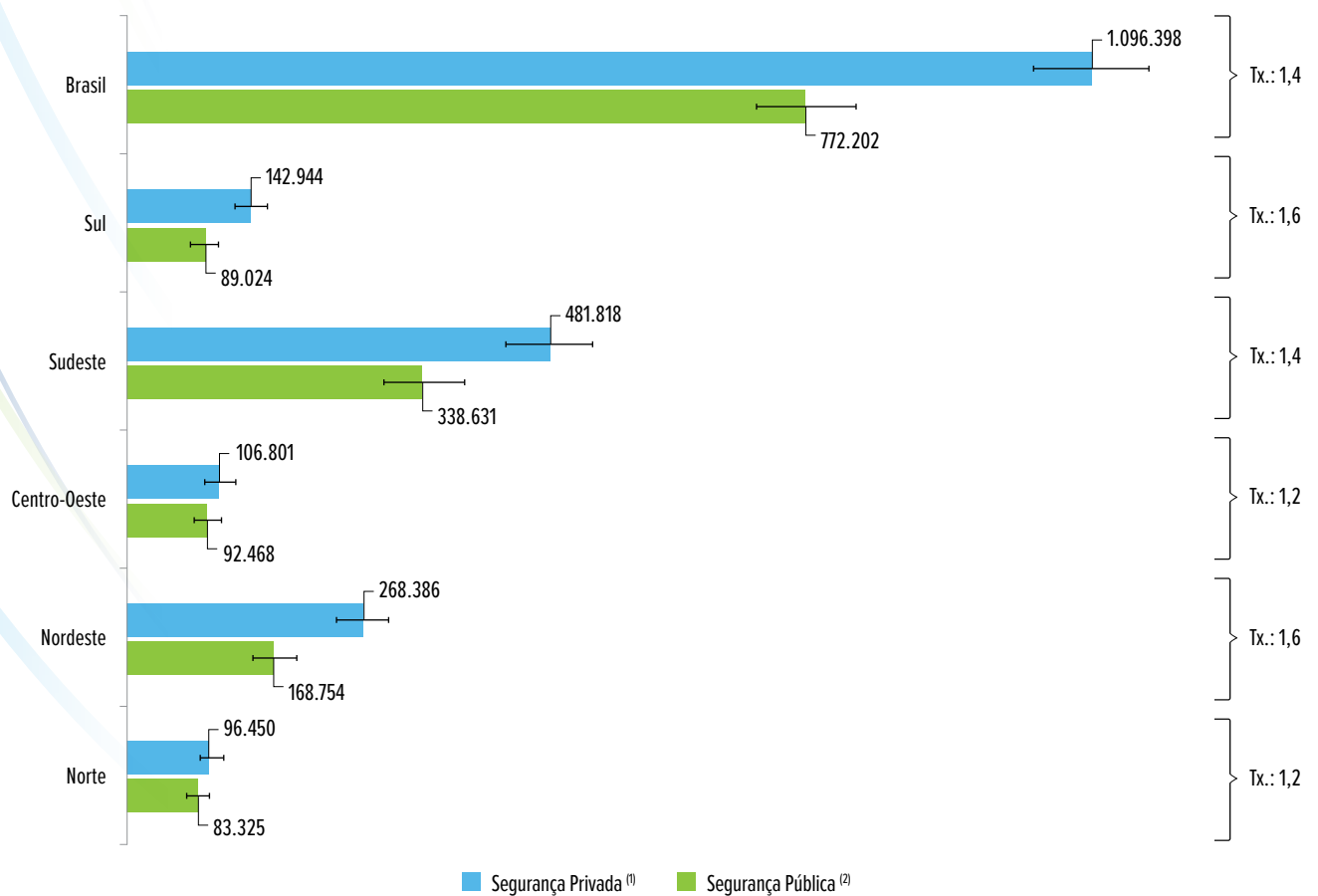
¹ A PNAD Contínua é uma pesquisa amostral domiciliar que fornece indicadores trimestrais sobre a força de trabalho. Ela permite captar um universo ocupacional bem mais amplo do que o dos chamados “vigilantes” que compõem a força de trabalho do segmento de segurança privada regular. Por meio da PNAD Contínua é possível analisar o universo de pessoas que declaram ocupação principal como “guardas de segurança” ou “trabalhadores de serviços de proteção e segurança”. Os dados apresentados na sequência são um recorte desses grupos ocupacionais, excluídos os “empregadores” e “militares e servidores estatutários”.

AS DIMENSÕES DO SETOR DE SEGURANÇA PRIVADA VIS-À-VIS AO SETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança privada é um fenômeno mundial. Em países como os Estados Unidos o número de pessoas ocupadas na segurança privada superou o de pessoas ocupadas nas polícias já em meados dos anos 1970 (Shearing, 2006). Dados da primeira década de 2000 indicavam que a força de trabalho empregada na segurança privada superava a força de trabalho das organizações policiais na América Latina, África, Oceania e Europa Central (Dijk, 2008; Florquim, 2011).

GRÁFICO 71

Seguranças particulares x agentes de segurança pública
Brasil e Macroregiões (1º Trim. 2022)



Fonte: PNAD Contínua; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Trabalho principal dos "Grupos de base" com os códigos 5414 ("Guardas de segurança") e 5419 ("Trabalhadores de serviços de proteção e segurança não classificados anteriormente") da "Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD", excluídos "Militares e Servidores Estatutários" e "Empregadores". IC - 95% é uma medida da incerteza da estimativa, isto é, indica que existe uma probabilidade de 95% de que o número de seguranças captado pela PNADc seja um valor entre o menor e o maior número do Intervalo de Confiança (IC) reportado;

(2) Trabalho principal dos "Grupos de base" com os códigos 0411 ("Oficiais da PM"), 0412 ("Graduados e Praças da PM"), 0511 ("Oficiais de Bombeiros Militares"), 0512 ("Graduados e Praças do Corpo de Bombeiros"), 3355 (Inspetores de Polícia e Detetive"), 3359 (Agentes da Adm. Pública para a Aplicação da Lei e Afins não Classificados Anteriormente"), 5411 ("Bombeiros"), 5412 ("Policiais") e 5413 ("Guardiões de Presídios") da "Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD". Contabiliza apenas os estatutários ou empregados no setor público. IC - 95% é uma medida da incerteza da estimativa, isto é, indica que existe uma probabilidade de 95% de que o número de agentes de segurança pública captado pela PNADc seja um valor entre o menor e o maior número do Intervalo de Confiança (IC) reportado.

O Brasil segue a tendência mundial. Os dados da PNAD Contínua indicam que, no primeiro trimestre de 2022, o número estimado de pessoas ocupadas como seguranças era de 1.096.398. Esse número era 1,4 maior do que o de pessoas ocupadas como agentes de segurança pública, estimado em 772.202². Como mostra o gráfico acima, com exceção do Centro-Oeste e do Norte, que possuíam estimativas de seguranças e agentes públicos próximas, em todas as demais regiões do país o número de seguranças particulares superava o de agentes de segurança pública em uma taxa que variava de 1,6 no Sul e Nordeste a 1,4 no Sudeste.

Esses dados indicam que o setor privado responde pela maior parte do estoque de serviços de proteção disponível na sociedade brasileira. Esse estoque de proteção é particularmente saliente na região Sudeste, que sozinha concentra cerca de 44% do setor de segurança privada brasileiro (estimativa de 481.818 seguranças).

AS DIMENSÕES DA SEGURANÇA PRIVADA NÃO CONTROLADA PELA POLÍCIA FEDERAL

Mensurar o tamanho do segmento de segurança privada não controlado pela Polícia Federal é uma tarefa difícil. Sabemos que os agentes de segurança pública participam ativamente deste segmento, mas as dimensões desta participação são invisíveis às pesquisas. Como o “bico” dos agentes de segurança pública na segurança privada é uma atividade irregular, ele tende a ser ocultado pelos sujeitos que participam de pesquisas oficiais. No primeiro trimestre de 2022, por exemplo, o número estimado de agentes de segurança pública que relataram na PNAD Contínua ter um segundo emprego como guarda de segurança variou entre 1.234 e 17.103. Mesmo que a estimativa fosse mais precisa e próxima aos 17 mil, ainda sim seria pouco crível que apenas 1 em cada 45 agentes de segurança pública façam bico como segurança. Esse universo é certamente muito maior.

Descontada essa limitação, é possível obter uma estimativa conservadora do tamanho do segmento de segurança privada não controlado por meio da comparação dos dados do DPF, que medem a mão de obra empregada no segmento disciplinado pela Lei Federal nº 7.102/83, com os dados da PNAD Contínua, que medem todo o universo de pessoas que declaram ocupação como segurança. Essa comparação permite afirmar que mais da metade da força de trabalho da segurança privada atua à margem da regulação e do controle da Polícia Federal. Como mostram os dados do gráfico abaixo, as diferenças percentuais entre os dados do

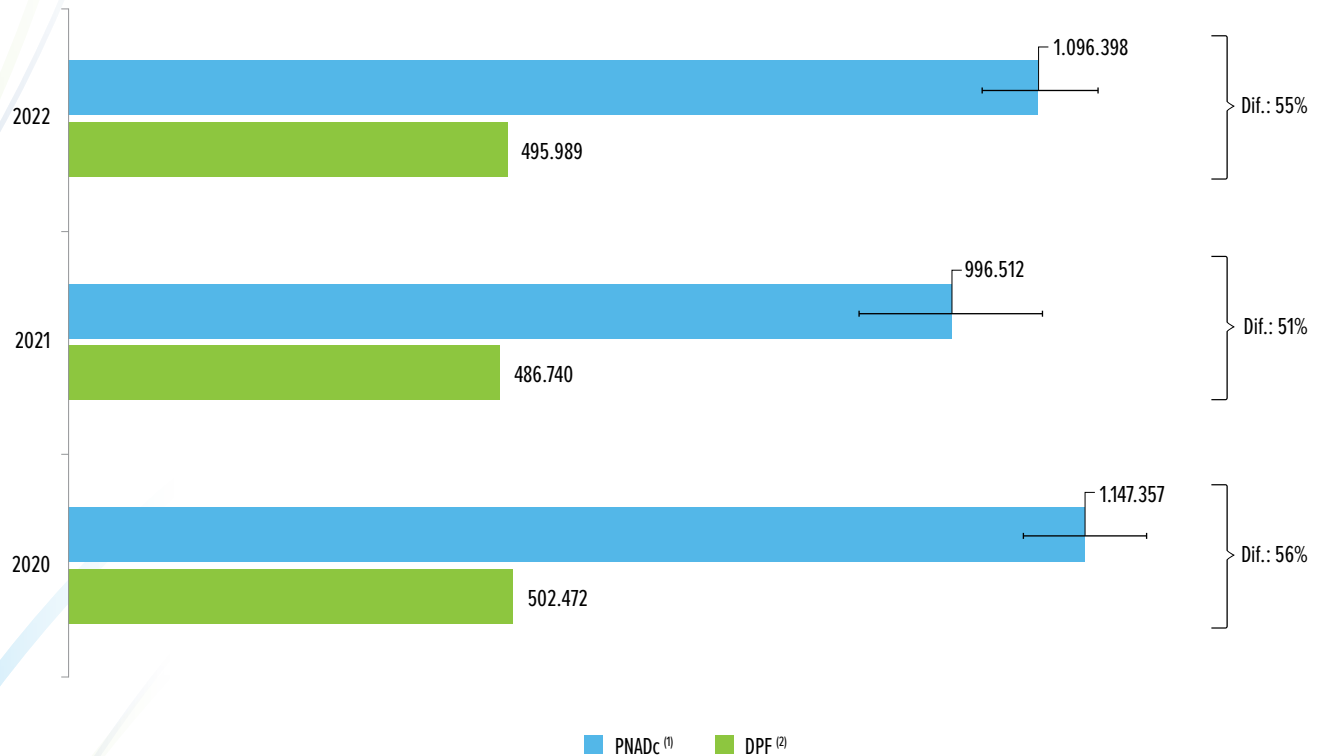
Mais da metade da força de trabalho da segurança privada atua à margem da regulação e do controle da Polícia Federal.

² Os dados da PNAD Contínua sobre o pessoal ocupado na área de segurança pública são, em linhas gerais, convergentes com os dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública nos Portais da Transparência do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal; Departamento de Polícia Federal; Departamento Penitenciário Nacional; e Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Nos meses iniciais de 2021, por exemplo, a 15ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontou para a existência de um total de 760.189 policiais atuando nas diversas corporações do país. Em período similar, a PNAD Contínua indicou a existência de um número entre 718.359 e 874.441 agentes de segurança pública, que além de policiais inclui ocupações outras como a de “guardiões de presídios”.

DPF e da PNAD Contínua têm variado pouco ao longo do tempo (entre 51% e 56%). Essa pouca variação sugere que a chamada clandestinidade é um traço estrutural do setor de segurança privada brasileiro.

GRÁFICO 72

Seguranças atuantes no Brasil PNADc x DPF (2020-2022)



Fonte: PNAD Contínua; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

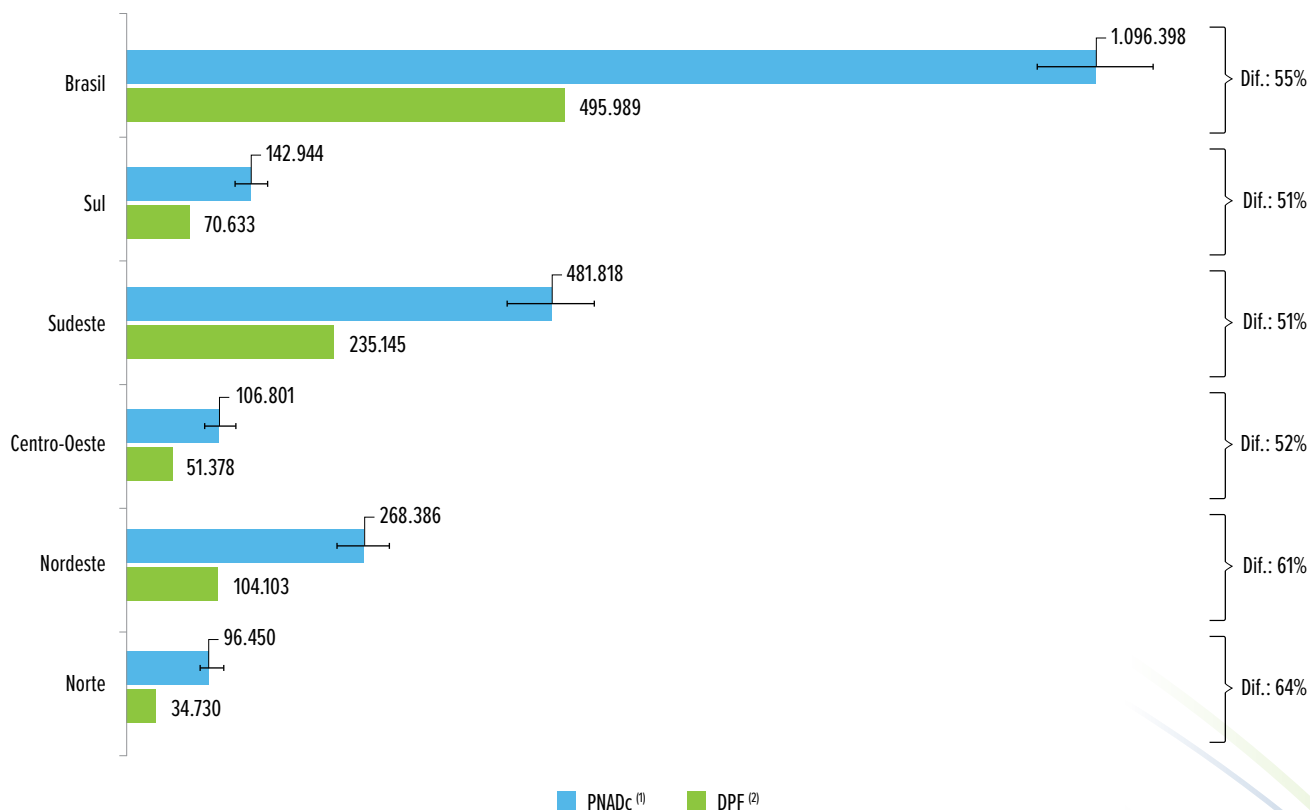
(1) Trabalho principal captado pela PNADc do 1º trimestre de cada ano. Foram considerados os "Grupos de base" com os códigos 5414 ("Guardas de segurança") e 5419 ("Trabalhadores de serviços de proteção e segurança não classificados anteriormente") da "Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD", excluídos "Militares e Servidores Estatutários" e "Empregadores". IC - 95% é uma medida da incerteza da estimativa, isto é, indica que existe uma probabilidade de 95% de que o número de seguranças captado pela PNADc seja um valor entre o menor e o maior número do Intervalo de Confiança (IC) reportado;

(2) Número de vigilantes empregados em empresas especializadas e/ou em empresas orgânicas em março de cada ano. Pessoas com mais de um vínculo são contadas uma única vez.

No primeiro trimestre de 2022, aproximadamente 55% da força de trabalho da segurança privada (estimativa de cerca de 600 mil pessoas) era composta por seguranças que não atuavam dentro dos parâmetros legais estabelecidos pela Lei Federal nº 7.102/83 e pela Polícia Federal. O problema era significativamente maior nas regiões Norte e Nordeste, onde o segmento não regulado e controlado pela Polícia Federal alcançava 64% e 61% do universo total de seguranças, respectivamente. Nas demais regiões, este segmento correspondia a cerca de 51% da força de trabalho do setor (gráfico a seguir).

GRÁFICO 73

Seguranças atuantes por macro-regiões
PNAD x DPF (2022)



Fonte: PNAD Contínua; e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(1) Trabalho principal captado pela PNADc do 1º trimestre de cada ano. Foram considerados os “Grupos de base” com os códigos 5414 (“Guardas de segurança”) e 5419 (“Trabalhadores de serviços de proteção e segurança não classificados anteriormente”) da “Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD”, excluídos “Militares e Servidores Estatutários” e “Empregadores”. IC - 95% é uma medida da incerteza da estimativa, isto é, indica que existe uma probabilidade de 95% de que o número de seguranças captado pela PNADc seja um valor entre o menor e o maior número do Intervalo de Confiança (IC) reportado;

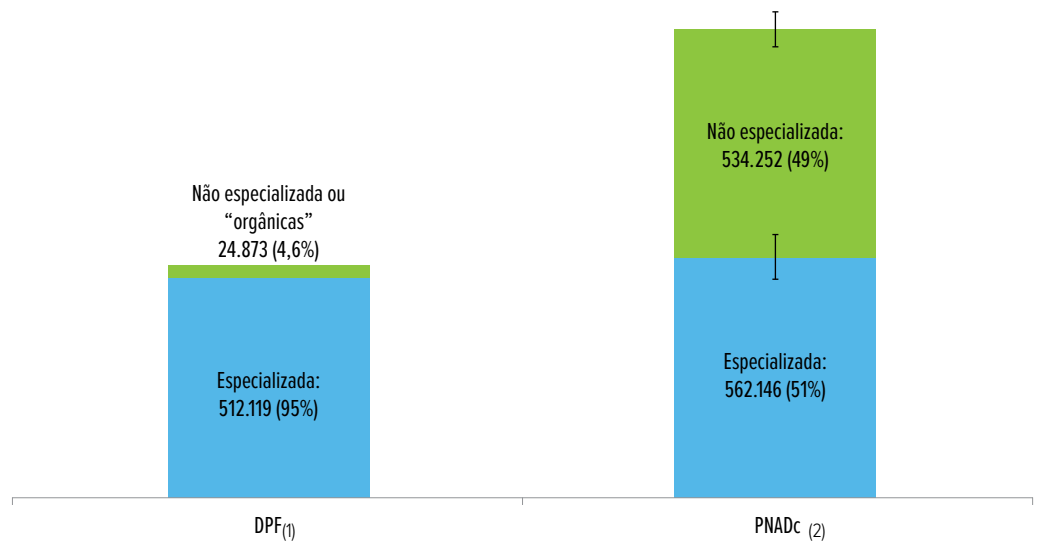
(2) Número de vigilantes empregados em empresas especializadas e/ou em empresas orgânicas em março de cada ano. Pessoas com mais de um vínculo são contadas uma única vez.

CARACTERÍSTICAS DA SEGURANÇA PRIVADA NÃO CONTROLADA PELA POLÍCIA FEDERAL

Uma característica da segurança privada não controlada pela Polícia Federal é sua alta prevalência fora da atividade econômica de “vigilância, segurança, transporte de valores e investigação”, que abrange basicamente o universo das empresas especializadas na prestação de serviços de segurança privada disciplinados pela Lei Federal nº 7.102/83. A comparação dos dados do DPF com os dados da PNAD Contínua revela números próximos de pessoas trabalhando na linha de frente das empresas especializadas, sugerindo existir relativa baixa clandestinidade neste segmento. Enquanto o DPF aponta para a existência de 512.119 vigilantes atuando em empresas especializadas regulares, a PNAD Contínua fornece uma estimativa que varia de 513.146 a 610.998 seguranças atuando em empresas especializadas regulares e irregulares. Fora deste universo especializado, entretanto, as diferenças entre os dados do DPF e os dados da PNADc são enormes (gráfico a seguir).

GRÁFICO 74

Tipo de atividade econômica onde os seguranças trabalham
DPF x PNADc (2022)



Fonte: PNAD Contínua; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Número de vigilantes empregados em empresas especializadas e/ou em empresas orgânicas em março de cada ano. Pessoas com mais de um vínculo são contadas uma única vez;

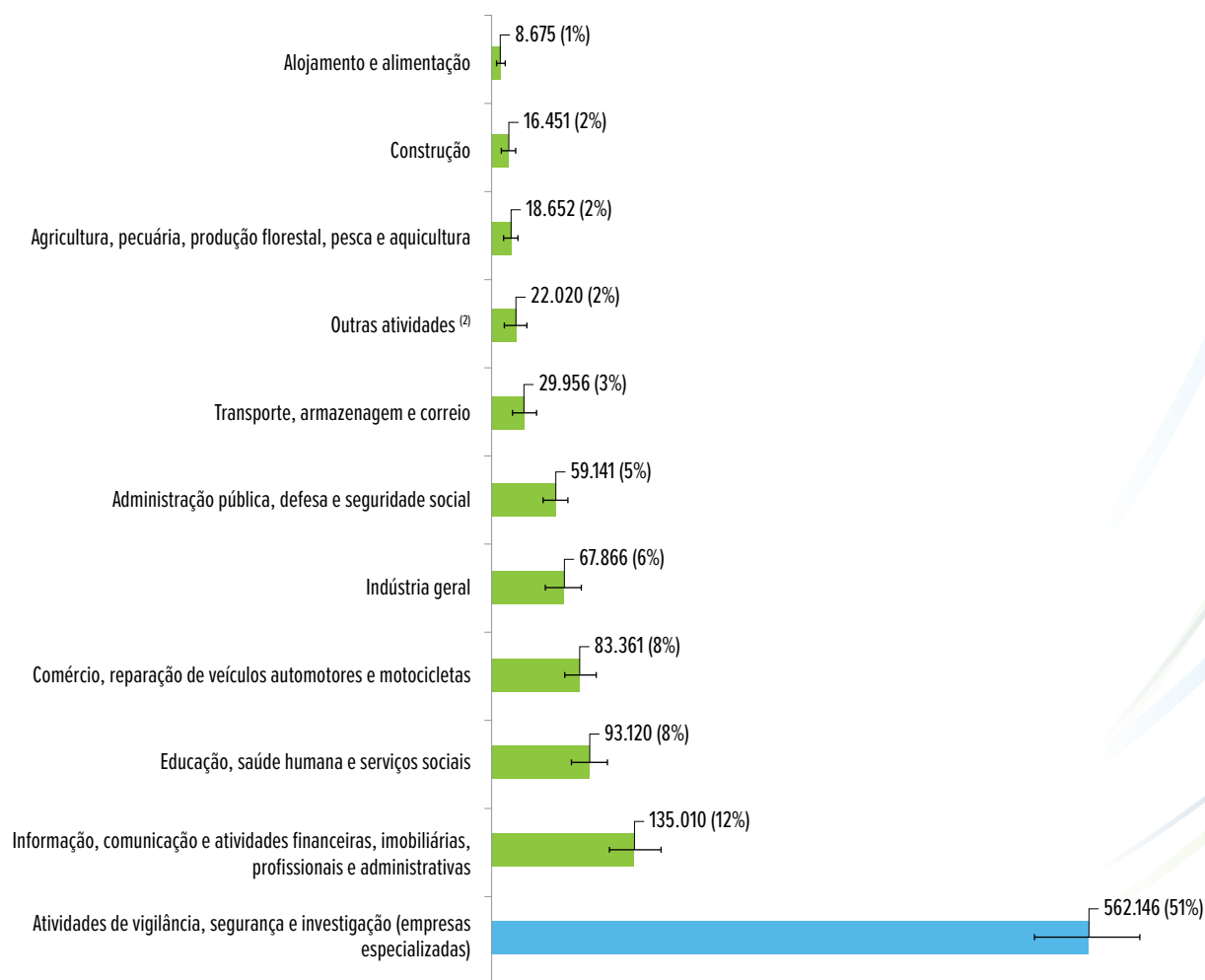
(2) Trabalho principal captado pela PNADc do 1º trimestre de cada ano. Foram considerados os "Grupos de base" com os códigos 5414 ("Guardas de segurança") e 5419 ("Trabalhadores de serviços de proteção e segurança não classificados anteriormente") da "Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD", excluídos "Militares e Servidores Estatutários" e "Empregadores" ocupados no primeiro trimestre de 2022. Pessoas ocupadas na Classe 80000 ("Atividades de Vigilância, Segurança e Investigação") da "Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares 2.0" foram contabilizadas na categoria "Empresas Especializadas"; as demais foram contabilizadas na categoria "Empresas Orgânicas". IC - 95% é uma medida da incerteza da estimativa, isto é, indica que existe uma probabilidade de 95% de que o número de seguranças captado pela PNADc seja um valor entre o menor e o maior número do Intervalo de Confiança (IC) reportado.

Os dados do DPF indicam a existência de apenas 24.873 vigilantes atuando regularmente na chamada segurança orgânica, isto é, em organizações que contratam diretamente seguranças ao invés de terceirizar os serviços de proteção para empresas especializadas. Já os dados da PNAD Contínua apontam para uma estimativa de 534.252 seguranças ocupados na segurança orgânica dos mais variados ramos de atividade econômica em organizações cujos principais serviços prestados não são os de segurança. Em outros termos, aproximadamente metade de toda a força de trabalho da segurança privada está dispersa em atividades econômicas não especializadas que organizam ou prestam serviços de segurança privada sem o controle da Polícia Federal. O gráfico abaixo oferece um retrato desta dispersão.

Aproximadamente metade de toda a força de trabalho da segurança privada está dispersa em atividades econômicas não especializadas que organizam ou prestam serviços de segurança privada sem o controle da Polícia Federal.

GRÁFICO 75

Atividade econômica principal onde os seguranças atuam ⁽¹⁾
Brasil (1º trim. 2022)



Fonte: PNAD Contínua; Departamento de Polícia Federal; Fenavist; e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(1) Dados do trabalho principal do 1º trimestre de 2022. Foram considerados os “Grupos de base” com os códigos 5414 (“Guardas de segurança”) e 5419 (“Trabalhadores de serviços de proteção e segurança não classificados anteriormente”) da “Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD”, excluídos “Militares e Servidores Estatutários” e “Empregadores”. Pessoas ocupadas na Classe 80000 (“Atividades de Vigilância, Segurança e Investigação”) da “Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares 2.0” foram contabilizadas na categoria “Especializada”; as demais foram contabilizadas na categoria “Não especializada”. IC - 95% é uma medida da incerteza da estimativa, isto é, indica que existe uma probabilidade de 95% de que o número de seguranças captado pela PNADc seja um valor entre o menor e o maior número do Intervalo de Confiança (IC) reportado. CV é o coeficiente de variação, estatística que mede o nível de dispersão dos dados.

(2) Agraga os grupamentos “Outros serviços”, “Serviços domésticos” e “Atividades mal definidas”.

Nota-se que, fora da atividade especializada, a maior parte da força de trabalho da segurança privada se concentra no grupamento de atividade econômica chamado “informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas” (estimativa de 135.010 seguranças). Dentro deste grupamento se destaca o setor de condomínios prediais e as empresas que fazem intermediação de mão de obra, prestam serviços de limpeza/asseio/conservação ou organizam eventos (exceto culturais e esportivos), que são os principais nichos da segurança privada clandestina. Na sequência vem o grupamento “educação, saúde humana e serviços sociais”, que reúne as organizações de ensino e saúde (estimativa de 93.120 seguranças). Depois vem o grupamento chamado “comércio, repara-

ção de veículos automotores e motocicletas” (estimativa de 83.361 seguranças), na qual se destacam os mercados/supermercados/hipermercados, as farmácias, postos de gasolina e os comércios de artigos de vestuário, calçados, complementos, viagens, eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência. Outros grupamentos relevantes que parecem concentrar atividades de segurança privada irregulares são a “indústria geral” (estimativa de 67.866 seguranças) e a “administração pública, defesa e seguridade social” (estimativa de 59.141 seguranças, a maioria trabalhando na administração municipal).

O controle de todo o universo da segurança privada depende de inúmeros fatores. Ao menos dois podem ser destacados. O primeiro é enfrentar o problema do segundo emprego dos agentes de segurança pública na segurança privada.

OS DESAFIOS PARA CONTROLAR A SEGURANÇA PRIVADA

O controle de todo o universo da segurança privada depende de inúmeros fatores. Ao menos dois podem ser destacados. O primeiro é enfrentar o problema do segundo emprego dos agentes de segurança pública na segurança privada. Os dados aqui apresentados não captam esse problema, mas sabemos que ele existe. A complacência histórica com o bico policial acabou por convertê-lo em uma política informal de compensação aos baixos salários pagos a muitos profissionais de segurança pública. A reversão desta situação depende de políticas de valorização das carreiras dos agentes de segurança pública; da alteração das escalas de trabalho que criam condições propícias para o segundo emprego; e da definição de regras para a prestação de serviços de segurança agenciados pelas próprias organizações de segurança pública.

O segundo é ampliar a regulação estatal para serviços hoje não regulados e melhorar a capacidade de fiscalização e controle do Estado sobre provedores que atuam sem a autorização da Polícia Federal. Hoje essa capacidade é limitada tanto pela carência de recursos humanos da Polícia Federal, quanto pela ausência de recursos legais para sancionar os provedores de segurança clandestinos. Contra a primeira limitação, alguns setores têm defendido que a Polícia Militar assuma o papel de autorizar e fiscalizar as atividades de segurança privada. A proposta consta, por exemplo, em um substitutivo informal do Projeto de Lei nº4.363/2001, que trata da Lei Orgânica da Polícia Militar, que veio a público por meio de matérias publicadas pelo jornal Estadão em janeiro de 2021 (Reverbel, 2021). Trata-se de mudança que resultaria em um provável enfraquecimento do controle estatal sobre o segmento de segurança privada irregular, considerando que os policiais militares participam ativamente deste segmento. Contra a segunda limitação, a comunidade da segurança privada vem defendendo a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Aprovado pela Câmara dos Deputados em 2016 e aguardando votação do Senado Federal, o Estatuto mantém a Polícia Federal como agência reguladora da segurança privada e traz avanços importantes, tais como criar sanções administrativas e penais para a provisão irregular de segurança privada e ampliar a regulação estatal para serviços de segurança eletrônica, segurança de eventos em espaços comunais, gerenciamento de riscos, dentre outros (Lopes e De Moraes, 2019).

Frequentamos muitos dos espaços que são policiados por seguranças cujo treinamento, instrumentos de trabalho e parâmetros de atuação fogem do controle estatal. Como os dados da PNAD Contínua indicam, esses seguranças atuam amplamente em eventos sociais, estabelecimentos comerciais, instituições de ensino, hospitais, equipamentos públicos e espaços de trabalho em geral. Sem controle estatal, o policiamento exercido por esses agentes representa riscos à segurança de todos. Daí a necessidade de regular e controlar a força de trabalho da segurança privada para assegurar serviços que sejam ao mesmo tempo eficientes e respeitosos dos direitos dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- DIJK, Jan Van. *The world of crime: breaking the silence on problems of security, justice and development across the world*. London, UK: Sage Publications, 2008.
- FLORQUIN, N. “A Booming Business Private Security and Small Arms”. In: *Small Arms Survey 2011: States of Security*. Cambridge University Press, 2012.
- LOPES, C.; DE MORAES, C. Statutory regulation of the security industry under pressure: The Brazilian case. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, v. 45, n. 2, p. 189-205, 2021.
- SHEARING, C. “A relação entre policiamento público e policiamento privado”. In TONRY, Michael [e] MORRIS, Norval (orgs). *Policiamento Moderno*. São Paulo, Edusp, 2016
- REVERBEL, P. Projeto tira a regulação da segurança privada da PF. O Estado de São Paulo. São Paulo, jan. 2021. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/general,projeto-tira-a-regulacao-da-seguranca-privada-da-pf,70003580591>

A segurança privada não controlada

Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2022



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA